

O ATRASO NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINANCIADOS POR FUNDOS

COMUNITÁRIOS: O **“PORTUGAL 2020”** que era para ser executado no período 2014-2020, no fim de 2022 ainda estavam por utilizar 3675 milhões €; o **“PRR”** (a famosa **“bazuca”** que termina em 2026) passados 1,5 anos após a aprovação pela C.E., apenas foram pagos aos beneficiários finais 874 milhões € (5,3% do total) e o **“PORTUGAL 2030”**, para o período 2021/2027, financiado pela U.E. com 23000 milhões €, nem começou

A utilização atempada e eficiente dos fundos comunitários é fundamental para promover o bem-estar dos portugueses, o crescimento económico e o desenvolvimento do país. E isto renovar-se-iam e construir-se-iam mais hospitais e centros de saúde, mais habitação, melhores transportes públicos, dar mais apoios as empresas para se modernizarem e aumentarem a produtividade e assim pagarem melhores salários, etc. etc. Se os fundos comunitários fossem bem utilizados seriam um contributo para o país sair do atraso em que se encontra

Embora o governo e os seus defensores procurem convencer a opinião pública e o Presidente da República que a execução dos programas financiados por fundos europeus – **“Portugal 2020”, “PRR” e “Portugal 2030”** – vai bem, que o nível de realização está de acordo com o previsto, e que o nosso país ocupa **“o pelotão da frente”**, a realidade é muito diferente. Enquanto a inflação era negativa ou próxima de zero podia-se ainda dizer que, embora com atraso, se podia fazer o mesmo que se previa inicialmente. **Mas agora com a escalada de preços – entre fev.2023 e mar.2023 a inflação anual continuou a aumentar, passou de 8,58% para 8,74% segundo o INE, embora a propaganda oficial diga que está a baixar - ; portanto, com uma inflação elevada como a que se verifica, cada ano de atraso na utilização dos fundos comunitários, paga-se caro, pois determina que se faça menos.** E a U.E., não reforça os fundos que atribuiu a um país para compensar a inflação anual. A inflação, em Portugal, foi de 7,8% em 2022 e a previsão para 2023 é de pelo menos 5,8%. **A inflação acumulada só destes dois anos (2022 e 2023) atinge 14%. Se se deduzir esta inflação aos fundos comunitários que estavam por utilizar no fim de 2022 – 3675 milhões € do “PORTUGAL 2020”, 15770 milhões € do “PRR” e 23000 milhões € do “PORTUGAL 2030”, que soma 42445 milhões € conclui-se que, em poder de compra, já se perdeu o equivalente a 5213 milhões €. Isto determina que, em termos de realização física, se façam menos 5213 milhões € de investimentos.** As empresas para realizarem os mesmos investimentos previstos inicialmente têm de obter na banca financiamento para compensar o dinheiro que falta. E isto tem levado muitas a abandonar a execução dos projetos aprovados o que atrasa ainda mais a utilização dos fundos da U.E. A que se juntam os atrasos devidos aos adiamentos no arranque dos programas e os atrasos na aprovação dos projetos das empresas e de outras entidades pela Administração Pública, que está profundamente degradada, sem os técnicos necessários com as competências indispensáveis para o poder fazer devido à política de **“contas certas”** do governo dominado pela obsessão do défice. **É o que está a suceder no PRR, onde se corre já o risco de se perder uma parte dos fundos**

NO **“PORTUGAL 2020”, QUE DEVEIA TEMINAR EM 2020, ESTAVAM POR UTILIZAR 3675 MILHÕES € NO INICIO 2023**

Os dados do quadro 1 são os do instituto público – ADC,IP – responsável pela monitorização do Portugal 2020

Quadro 1 – Utilização dos fundos comunitários dos programas operacionais do PORTUGAL 2020 até 31.12.2022

PORTUGAL 2020 PROGRAMAS OPERACIONAIS	PORTUGAL 2020 Fundos comunitários atribuídos a Portugal para o período 2014/2020 Milhões € (1)	EXECUTADO (despesa executada) De 2014/2020 Milhões € (2)	EXECUTADO (despesa executada) De 2014/2021 Milhões € (3)	EXECUTADO (despesa executada) desde 2014 a dezembro de 2022 (4)	FUNDOS COMUNITÁRIOS QUE FICARAM POR UTILIZAR ATÉ DEZEMBRO DE 2022 Milhões € (5) = (1) - (4)	TAXA DE EXECUÇÃO até dezembro.2022 (6) = (4) : (1)
POCI- Competitividade e Internacionalização	4 414	2 546	3 492	4 147	266	94,0%
POTISE- Inclusão Social e Emprego	2 130	1 390	1 660	2 014	116	94,6%
POCH - Capital Humano	3 096	2 265	2 645	3 121	-26	100,8%
POSER- Sustentabilidade e Eficiência de Recursos	2 253	1 001	1 372	1 786	467	79,3%
PORN- Programa Regional do Norte	3 379	1 420	2 104	2 690	689	79,6%
PORC- Programa Regional do Centro	2 155	880	1 317	1 733	423	80,4%
PORL- Programa Regional de Lisboa	833	350	519	696	138	83,5%
PORA- Programa Regional do Alentejo	1 083	433	650	828	255	76,4%
PORAL-Programa Regional do Algarve	319	134	183	233	86	73,1%
POAC-Programa Açores	1 140	719	837	931	209	81,7%
POM- Programa Madeira	403	253	299	352	52	87,2%
PDRC- Programa Des. Rural Continente	4 474	2 752	3 197	3 592	882	80,3%
PRORURAL- Prog. Des. Rural dos Açores	295	235	260	293	2	99,3%
PDRM- Programa Des. Rural da Madeira	179	109	131	160	20	89,0%
PO MAR	392	183	241	295	97	75,2%
SOMA	26 546	14 670	18 907	22 871	3 675	86,2%

FONTE:PORTUGAL 2020 - Programas Operacionais PORTUGAL 2020 e Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – Nº 31, de 31 de dezembro de 2022 - ADC I.P.

Como revela o quadro, apesar de ter já passado dois anos após a data em que o **“PORTUGAL 2020”** devia ter terminado, no fim de 2022 ainda estavam por utilizar 3675 milhões € de fundos comunitários. E em áreas importantes para o desenvolvimento do país, onde a falta de recursos é enorme. Assim, em 31.12.2022, estavam ainda por utilizar 266 milhões € no apoio ao aumento da competitividade das empresas; 116 milhões € no apoio à população mais desfavorecida e vulnerável; 467 milhões € na sustentabilidade de recursos; 1850 milhões € no desenvolvimento regional; 903 milhões € no desenvolvimento rural; e 97 milhões no aproveitamento dos recursos do mar. Perante estes dados, é fácil de compreender a razão do atraso crescente do país em relação à U.E.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

NO “PRR” O GOVERNO JÁ RECEBEU DA U.E. 5142 MILHÕES € MAS OS BENEFICIÁRIOS FINAIS SÓ RECEBERAM 874 MILHÕES € Segundo dados divulgados no “site” WWW.RECUPERARPORTUGAL.GOV.PT em 1.4.2023 o governo já tinha recebido da U.E. 5.142 milhões € dos 16.664 milhões €. Mas **aos beneficiários finais só tinham sido pagos 874 milhões €, ou seja, 5,3% do total e 17% do já recebido pelo governo da U.E. Com este ritmo não se vai longe e chegar-se-á inevitavelmente a 2026 e parte dos fundos não terão sido utilizados e estarão irremediavelmente perdidos.** E isto porque a Comissão Europeia já avisou que não serão dados adiantamentos, diferentemente do que aconteceu com o “PORTUGAL 2020” em que concedeu mais 3 anos, e mesmo com este adiamento Portugal corre o risco de perder parte dos fundos comunitários por não os conseguir utilizar na sua totalidade dentro do prazo. **É preciso falar verdade aos portugueses e tomar medidas.**

Com o objetivo de iludir a opinião pública e Presidente da República, sobre o atraso na execução do PRR (*Plano de Recuperação e Resiliência*), o governo e os seus defensores referem na sua propaganda, não os valores de pagamentos aos beneficiários finais (*apenas 874 milhões €*), que constam do “site” oficial, mas sim o número de candidaturas já aprovadas (121310) e o valor aprovado (12561 milhões €) para encher os olhos e para a opinião pública ser levada a pensar que tudo vai bem. **Mas candidaturas e valores aprovados não significa que sejam executados.** A prova disso está no “PORTUGAL 2020”. Foram aprovadas 475934 candidaturas, no total de 54.000 milhões €, sendo a parcela de Fundos Comunitários 31215 milhões €, quando o montante de fundos comunitários atribuídos ao nosso país, pela Comissão Europeia no “PORTUGAL 2020”, foi apenas 26890 milhões €. É a política de “overbooking” muito utilizada pelas companhias de aviação (*vendem mais lugares do que o avião tem prevendo que muitos passageiros faltem ao embarque e assim garantem que o avião não parta como muitos lugares vazios*). O mesmo acontece a nível de execução dos programas comunitários no nosso país. No fim de 2022, dos 31215 milhões de fundos comunitários aprovados no “PORTUGAL 2020”, apenas tinham sido utilizados (*despesa executada*) 22968 milhões €, ou seja, 73,6% do que tinha sido aprovado, e 85% do atribuído pela Comissão Europeia a Portugal. **Nem se conseguiu com mais 2 anos utilizar a totalidade dos fundos atribuídos a Portugal pela C.E.**

“PORTUGAL 2030” FINANCIADO PELA U.E. COM 23000 MILHÕES €, QUE DEVE SER EXECUTADO NO PERÍODO 2021-2027, O ACORDO SÓ FOI APROVADO PELA C.E. EM 14.JUL.2022, E OS PROGRAMAS APROVADOS SÓ EM 15.DEZ.2022. E ISTO PORQUE PORTUGAL SE ATRASOU NA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, E AINDA NÃO FOI INICIADO

A juntar e a executar ainda no período 2021/2027 existe o Plano Financeiro Plurianual 21/27, com a designação “PORTUGAL 2030”, que tem prioridades muito ambiciosas que depois, como é habitual, não são atingidas, a saber: “PORTUGAL + inteligente”, “PORTUGAL + Verde”, “PORTUGAL + conectado”, “PORTUGAL + social” “PORTUGAL + próximo dos cidadãos”, “PORTUGAL + transição justa”. São 23000 milhões € de fundos comunitários para financiar os 4 habituais programas temáticos (Pessoas, Sustentável, Compete e Mar) e também os 7 habituais programas regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve. Açores e Madeira). E embora seja para ser executado no período 2021/2027, já se está em 2023 e ainda não foi iniciado. Os primeiros “Avisos” só foram divulgados nos últimos dias de março de 2023. **Por aqui se vê o atraso e a urgência como o governo encara a execução do “PORTUGAL 2030”. Só palavras e promessas sem medidas adequadas**

A inexistência de uma Administração Pública moderna e eficiente, a falta de trabalhadores altamente qualificados e com elevadas competências tanto no setor público como privado, é o maior obstáculo à transformação da economia portuguesa numa economia moderna, com um setor de alta intensidade tecnológica e de conhecimento e ao desenvolvimento do país. O governo e os patrões parecem não compreender isso, continuando a apostar numa economia de baixos salários. O governo dá o exemplo pagando remunerações de pobreza aos seus trabalhadores que perdem poder de compra todos os anos. O fracasso dos programas comunitários continuará a ser inevitável pois governo e patrões ainda não compreenderam que sem trabalhadores altamente qualificados, e para os ter é preciso pagar salários dignos, os objetivos ambiciosos dos programas comunitários estarão condenados ao fracasso. Nestes últimos 5 anos tenho estado na Administração Pública, exercendo as funções de gestor público o que permitiu ter uma perceção real, porque vivida diariamente, **(1) do estado de desorganização**, agravada pela pandemia e pelo teletrabalho; **(2) da desmotivação** causada pelos baixos salários corroídos pela inflação e pela ausência de carreiras e de um sistema de avaliação dignos; **(3) da falta de recursos (humanos e materiais)**, a que se junta **(4) a falta de competência, ou o medo em tomar decisões, ou então o propósito deliberado de criar obstáculos de membros do governo que levam meses para assinar um simples despacho boicotando assim o funcionamento dos serviços, como acontece na ADSE.** Se não fosse o art.º 39 da LOE que dispõe, em relação a determinadas matérias, se no prazo de 45 dias não for emitido despacho, a aprovação é tácita, a situação ainda seria mais grave. Os discursos e as promessas do governo não servem para nada, a não ser enganar os portugueses. **Tudo isto tem efeitos dramáticos para os portugueses no SNS, na escola pública, na justiça, nos transportes públicos, etc..**

UM PAÍS COM POUCO INVESTIMENTO, QUE OS SETORES QUE MAIS SE TÊM SE DESENVOLVIDO SÃO DE BAIXA TECNOLOGIA, DE BAIXA PRODUTIVIDADE E DE BAIXOS SALÁRIOS, UM PAÍS CADA VEZ MAIS DE SALÁRIOS MÍNIMOS Como mostramos em estudos anteriores, apesar de muitos programas comunitários, de muitas “bazucas” e de muitos milhares de milhões euros de fundos comunitários, nos últimos 10 anos o investimento tem sido insuficiente (*nem tem compensado o que desaparece pelo uso e obsolescência*), o stock de capital por trabalhador é metade da média da Zona euro e tem diminuído nos últimos anos, o crescimento económico tem sido deprimente (*média 0,9%/ano*), a produção e a exportação de produtos de alta intensidade tecnológica, portanto de elevado valor acrescentado a que está associado remunerações elevadas, continua a ser residual (*segundo o INE representam menos 4,5% das exportações*) e Portugal tem-se atrasado em relação à média da U.E. e é cada vez mais um país onde os setores que se têm mais desenvolvido são de baixa produtividade, portanto um país cada vez mais de salários mínimos. Eugénio Rosa , 1/4/2023, edr2@netcabo.pt

Eugénio Rosa – economista – mais estudos estão disponíveis nas pastas em www.eugeniorosa.com Pág. 1